

A REFORMA DO CÓDIGO CIVIL E A IGUALDADE DE GÉNERO

1977 - 2017



NOTAS CURRICULARES





Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza

Nasci a 23 de Agosto de 1951, no Porto. Sou mãe de um filho, Manuel, nascido em 17 de Abril de 1994. Sou licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra, M. Phil. (“Master of Philosophy”, Mestre) em Criminologia pela Universidade de Cambridge, Inglaterra e doutora em Direito (Ciências Jurídicas, área de Direito Penal) pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Fui, enquanto mestranda e doutoranda, bolsista da Fundação Gulbenkian e do INIC (actual Fundação para a Ciência e Tecnologia).

Sou actualmente Professora Catedrática e Directora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, onde ingressei em 1998. Ensino: Direito Penal, Criminologia, Processo Penal, Direito das Mulheres e da Igualdade Social (uma disciplina nova, ensinada pela primeira vez em Portugal na Universidade Nova de Lisboa, por mim própria, no ano de 1998/99).

Ensinei também na Faculdade de Direito de Lisboa (Universidade dita ‘Clássica’), na Universidade Autónoma, na Escola da Polícia Judiciária (Loures) e na Academia Militar (Lisboa) – sempre nas áreas do Direito e Processo Penal e da Criminologia.

Fui vogal do Conselho Superior do Ministério Público, por designação de Sua Excelência o Ministro da Justiça, desde Dezembro de 1995 até Dezembro de 1999.

Fui membro eleito por referência de Portugal para o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura (“CPT”, Conselho da Europa) por um mandato de quatro anos, entre 1999 e 2003.

Desde 2002 represento a Universidade Nova de Lisboa no European Inter-University Centre (www.eiuc.org), com sede no Lido de Veneza, uma rede de 41 Universidades Europeias que se dedica ao ensino formação e investigação nas áreas dos Direitos Humanos e Democracia. Faço desde 2008 parte do respectivo Board of Administrators.

No campo do voluntariado, desempenhei durante cinco anos funções de Vice-Presidente do ‘Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Nossa Senhora da Consolação do Castelo de Sesimbra’ (uma Instituição Privada de Solidariedade Social que recebe por dia cerca de 200 crianças) por nomeação de Sua Eminência o Bispo de Setúbal, D. Manuel, entre 1996 e 2001.

É Membro Honorário da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.



Maria Leonor Beleza

É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Foi funcionária pública e foi advogada.

Foi membro da Comissão de Revisão do Código Civil (1976-1977).

Exerceu diversos cargos, designadamente Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (1982-83), Secretária de Estado da Segurança Social (1983-85), Ministra da Saúde (1985-90), Deputada à Assembleia da República, Vice-Presidente da Assembleia da República (1991-94 e 2002-2005).

É membro do Conselho de Estado e Presidente do Conselho Geral da Universidade de Lisboa.

É Presidente da Fundação Champalimaud por designação testamentária do seu Fundador, António Champalimaud.

É Membro Honorário da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.



Professora Doutora Margarida Silva Pereira

Licenciada em Direito e Mestre e Doutora em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Professora Auxiliar da FDUL, tendo a seu cargo regência de Direito da Família e mestrado em Direito dos Menores e Direito da Família e Sucessões, desde o ano lectivo de 2008/2009.

Publicou, entre outras obras jurídicas, manual e vários artigos no domínio do Direito da Família e da igualdade de género. Co-autora, com Ana Maria Bettencourt, do livro *Mulheres Políticas. As suas Causas*, Quetzal, 1995.

Áreas de interesse: Direito Penal, Direito da Família e Sucessões, Direito da Igualdade.

É Membro da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.



Dr.ª Elina Fraga

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Advogada inscrita na Ordem dos Advogados desde 1998;

Vogal do Conselho Geral da Ordem dos Advogados Portugueses entre 2008 e 2010;

Membro da Comissão de Acompanhamento do Sistema de Acesso ao Direito, criada pelo Ministério da Justiça, entre 2008 e 2011;

Membro da Comissão, criada pelo Ministério da Justiça, de Revisão do Regulamento das Custas Processuais, entre 2008 e 2009;

Membro do Grupo de Trabalho, por nomeação do Ministério da Justiça, para análise da legalidade/constitucionalidade da gestão integral pela Ordem dos Advogados do Sistema do Acesso ao Direito, em 2010;

Membro do Grupo de Trabalho, criado pelo Ministério da Justiça, de Revisão do Mapa Judiciário, em 2009;

1.ª Vice-Presidente do Conselho Geral da Ordem dos Advogados Portugueses entre 2011 e 2013;

Oradora convidada e palestraente em variadíssimos Congressos, Conferências, Palestras, Seminários, Debates e Workshops, nacionais e internacionais, sobre temas jurídicos;

Relatora de vários pareceres sobre propostas e projectos legislativos, sobre diversas matérias, predominantemente nas que respeitavam aos direitos, liberdades e garantias;

Representante da Ordem dos Advogados, entre 2008 e 2011, na Rede Judiciária Europeia em matéria civil, com sede em Bruxelas;

Bastonária/Presidente do Conselho Geral da Ordem dos Advogados Portugueses no triénio 2014/2016;

Presidente do Conselho Geral e da Assembleia Geral da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores no triénio 2014/2016;

Membro do Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários de 2014 a 2016;

Membro, em representação da Ordem dos Advogados, na União dos Advogados de Língua Portuguesa (UALP) de 2014 a 2016;

Sócia fundadora da sociedade “EFCM – ELINA FRAGA, CARLA MORGADO E ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL”, em Janeiro de 2017.

Agraciada, em Outubro de 2014, com a “Medalha de Mérito ao Serviço da Advocacia”, pela Ordem dos Advogados de Espanha, Conselho Geral da Advocacia Espanhola;

Distinguida com o Prémio “mulheres mais influentes de Portugal”, no ano de 2016, pela Revista Executiva. E com o título “Profissional do Ano”, em 2016, pelo Clube Rotary Internacional de VFX.



Professor Doutor Paulo Corte-Real

Doutorado em Economia pela Harvard University, Professor na Universidade Nova de Lisboa (Nova School of Business and Economics).

Feminista e activista pelos direitos LGBT e pelos Direitos Humanos, foi Presidente da Direção da ILGA Portugal e Co-Presidente da Direção da ILGA-Europe, sendo actualmente Presidente do Conselho Fiscal e de Responsabilização da Amnistia Internacional Portugal e integrando a Plataforma de Reflexão e Intervenção sobre Género e Sexualidade “Coisas do Género”.



Juíza Conselheira Maria do Rosário Morgado

Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça.

Exerceu anteriormente funções como Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Lisboa.

Enquanto juíza de 1ª instância, exerceu funções no Tribunal de Família de Lisboa.

Participou em reformas legislativas, destacando-se a sua nomeação como membro da Comissão de Reforma da Legislação de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e a sua participação na Audição Pública sobre “União de Facto, Famílias Monoparentais e

Regime das Economias Comuns”, organizada na Assembleia da República pela Comissão Parlamentar para a Paridade e Igualdade de Oportunidades.

Prestou serviço docente em Universidades e no Centro de Estudos Judiciários, no âmbito da jurisdição de família e menores.

Desde 05.05.2015 até Julho de 2017, foi presidente da Comissão de Apelo do Júri de Ética, do Instituto Civil da Auto Regulação Publicitária.

Sócia fundadora da Associação Passo a Passo com a Criança e a Família – Associação de Ajuda Psicossocial e, desde a sua fundação, presidente da mesa da Assembleia Geral da Associação.



Professora Doutora Maria João Vaz Tomé

Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto.

Integrou o Departamento de Serviços Jurídicos do Banco de Portugal, tendo coordenado o seu Núcleo do Direito do Mercado de Capitais.

Jurisconsulta.

Frequência da escolaridade do curso de doutoramento (JSD) da Faculdade de Direito da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

Mestrado em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Universidade de Coimbra.

Mestrado em Direito (LL.M.), ao abrigo de uma bolsa de estudo Fulbright, na Universidade de Columbia, Nova Iorque, Estados Unidos da América.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.



Dr.ª Ana Sofia Gomes

É assistente na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa, onde leciona Direito da Família, Direito Internacional Privado, Introdução ao Estudo do Direito e Direito das Sucessões. É investigadora do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA), onde colabora com o grupo de investigação Direito Privado e Laboral e é membro da Associação Luso-alemã de juristas. É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa, pós-graduada em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, diplomada em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da universidade de Lisboa, mestrada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Lusíada e doutoranda em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Lusíada.

Participou em vários congressos nacionais e internacionais de Direito da Família e de Direito Internacional da Família, tendo apresentado comunicações em vários eventos científicos nacionais e internacionais.

É autora de artigos e publicações na área do Direito da família de entre os quais: “As recentes alterações legislativas ao direito das crianças em Portugal”, in Direitos das Crianças: novos regimes nacionais e Direito transnacional, coordenação de Ana Sofia Gomes, Universidade Lusíada Editora: 2018, pp. 15-45, Responsabilidades Parentais, 4.ª Edição, Quid Iuris: 2017, “A fixação de um regime provisório de exercício de responsabilidades parentais e a sua ligação à alteração de competência jurisdicional na União Europeia”, in Direito da Família e dos Menores: Que Direito(s) no século XXI?, Coordenação de Maria Eduarda Azevedo/Ana Sofia Gomes, Universidade Lusíada Editora: 2014, pp. 83-110 e Responsabilidades Parentais Internacionais, Quid Iuris: 2013.



Dr.ª Dulce Rocha

Procuradora da República

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, ingressou na Magistratura do Ministério Público em Maio de 1981.

Exerceu funções nos Tribunais Judiciais de Setúbal, Almada e Lisboa.

Em 1991, iniciou funções no Tribunal de Menores de Lisboa.

Foi membro do Conselho Superior do Ministério Público entre 1990 e 1992.

Integrou o gabinete da Alta Comissária para a Igualdade e a Família, onde coordenou, entre 1996 e 1999, a Comissão Nacional dos Direitos da Criança, que elaborou o II Relatório sobre a aplicação da Convenção dos Direitos da Criança.

Durante este período, fez parte da Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e do Conselho Nacional para o Projecto contra a Exploração do Trabalho Infantil.

Em Março de 1999, integrou a delegação de Portugal junto do Comité para a Eliminação de Todas as Discriminações contra as Mulheres, na Organização da Nações Unidas, em Nova Iorque, aquando da aprovação do Protocolo Opcional à Convenção.

Em Novembro de 1999, foi colocada no Tribunal de Família e Menores de Lisboa, onde exerceu funções até Setembro de 2003.

Em Outubro de 2001, integrou a delegação de Portugal que, junto do Comité dos Direitos da Criança, discutiu o Relatório sobre a Convenção dos Direitos da Criança, na Organização das Nações Unidas, em Genebra.

Em Dezembro de 2002, a Assembleia da República atribuiu-lhe a medalha de ouro dos Direitos Humanos.

Em Abril de 2003, foi nomeada pelo Procurador-Geral da República para integrar um grupo de trabalho a nível europeu que elaborou um relatório sobre a exploração e o abuso sexual de crianças.

Em Março de 2003, foi condecorada pelo Presidente da República com o grau de Grande Oficial da Ordem de Mérito.

De Setembro de 2003 a Setembro de 2005 foi Presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco.

De Novembro de 2011 a Fevereiro de 2016 foi Vice-Presidente do Instituto de Apoio à Criança.

Actualmente é Presidente da Direcção do Instituto de Apoio à Criança.

Em Agosto de 1988 foi uma das fundadoras da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, tendo sido sua Vice-Presidente durante cerca de 20 anos.



Professor Doutor Mário Ferreira Monte

Professor Associado com agregação da Escola de Direito da Universidade do Minho; Diretor do Centro de Direitos Humanos, Justiça e Governação da Universidade Minho.



Professora Doutora Helena Pereira de Melo

Licenciada pela Universidade de Coimbra, 1989. Mestre pela Universidade Católica Portuguesa, 1996, e Doutora em Direito, 2006, especialidade de Direito Público, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL).

A sua dissertação de doutoramento intitulada “Implicações Jurídicas do Projecto do Genoma Humano: Constituirá a Discriminação Genética uma Nova Forma de Apartheid?” foi elaborada sob a orientação da Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza. É Professora Auxiliar da FDUNL, tendo-lhe sido atribuída a regência da disciplina de Direito da Saúde e Bioética (2006-2007, 2007-2008, 2008-2009 e 2009-2010) e Direito Constitucional (2008-2009 e 2009-2010). Leccionou em co-regência com o Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia as disciplinas de Direito Internacional Humanitário (2007-2008), Direito Internacional Público (2007-2008) e Direito Constitucional Português (2008-2009).

É Coordenadora Operacional do Projecto de Monitorização do Regime de Mediação Penal no âmbito de um Protocolo celebrado entre a FDUNL e o Ministério da Justiça, em Dezembro de 2007.

É membro do Conselho Pedagógico da FDUNL e exerce o cargo de Sub-directora da mesma Faculdade desde Março de 2009.

É, desde 1998, Coordenadora da Unidade de Biodireito do Serviço de Bioética e Ética Médica da Faculdade de Medicina do Porto (FMP) e, desde 2002, vogal da Direcção da Associação Portuguesa de Bioética.

É regente das Disciplinas “Direito da Saúde” do Programa de Doutoramento em Bioética e do Mestrado em Cuidados Paliativos do aludido Serviço da FMP. É, ainda,

regente da disciplina “Direito da Saúde” da Pósgraduação em Gestão e Auditoria da Saúde da Associação Portuguesa de Bioética.

É membro da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.



Professor Doutor Carlos Plancha

Professor Associado, Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa. Docente desde 1983.

Regente das áreas disciplinares “Biologia do Desenvolvimento” e “Inovações em Embriologia Clínica” para estudantes de Medicina, e “Anatomia e Histologia” para estudantes de Engenharia Biomédica.

Membro do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida desde 2012.

Embriologista Clínico senior, certificado pela European Society of Human Reproduction and Embryology (ESHRE), membro do Júri Nacional para a aquisição do título profissional de Embriologista Clínico, editor associado do periódico científico internacional Human Reproduction, co-fundador e coordenador laboratorial do Centro Médico de Assistência à Reprodução (CEMEARE).

Foi Vice-Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução, membro do Comité Executivo da ESHRE e coordenador do seu Steering Group para a Certificação de Embriologistas Clínicos.

Tem orientado o trabalho de vários estudantes em fase de graduação e de pós-graduação, coordenado projetos de investigação nacionais e internacionais, e organizado várias reuniões científicas internacionais, nomeadamente a série de ESHRE campus em “Mammalian oogenesis and folliculogenesis: in vitro and in vivo approaches” e em “Epigenetics in Reproduction”. Foi um dos organizadores locais da 31st ESHRE Annual Meeting, em Lisboa, em Junho de 2015, a maior reunião mundial na área da Procriação Medicamente Assistida (PMA). Tem colaborado na elaboração dos capítulos de PMA das 2^a e 3^a Edições do “Guide to the Quality and Safety of Tissues and Cells for Human Application”, do Conselho da Europa.

Licenciou-se em Medicina em 1985 na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, e concluiu o Internato Geral médico em 1987 no Hospital Universitário de Santa Maria. Defendeu o Doutoramento na Faculdade de Medicina da Universidade

de Lisboa em 1996, com investigação sobre o gâmeta feminino e o desenvolvimento embrionário pré-implantação.

As suas áreas preferenciais de interesse científico e de intervenção sócio-profissional têm sido a gametogénese e o desenvolvimento pré-implantação, a Certificação de Embriologistas Clínicos e a Regulação e Qualidade em Procriação Medicamente Assistida.



Dr.ª Sónia Vaccaro

Sonia Vaccaro se licenció en Psicología en 1981 con especialidad clínica y laboral en la Universidad de Belgrano de Buenos Aires, Argentina.

Es perito forense y experta en Victimología y Violencia de Género. Trabaja como Psicóloga y psicoterapeuta desde 1981. A partir de 1990 ha centrado su práctica profesional en la Prevención y Asistencia de la Violencia basada en el Género (Violencia contra las Mujeres), asistiendo a las víctimas, realizando peritajes, haciendo formación a profesionales y brindando asesoramiento a instituciones y organismos públicos y ONG.

Ha impartido numerosos cursos y conferencias sobre Violencia de Género e Igualdad en diferentes municipios, autonomías y diversos países, para profesionales de la Psicología, Trabajo Social, Justicia, Fuerzas de Seguridad, Sanidad y Derecho.

Ha coordinado y asesorado a varios organismos públicos y Ong's en el diseño e implementación de protocolos para la asistencia y prevención de la Violencia de Género y el maltrato infantil. Ha diseñado e impartido cursos institucionales sobre la Violencia basada en el Género en mujeres y NNyA (Niños, Niñas y Adolescentes). En España y distintos países de Europa y América Latina.

Sus contribuciones han sido incorporadas en el corpus legislativo de Argentina e Italia para la reforma de leyes en defensa de los derechos de N.N y A.

Ha asesorado como experta en violencia basada en el género a organismos como el "Ministerio de planificación Familiar" de Túnez y en el Observatorio de la Violencia Familiar y de Género, dependiente del Consejo General del Poder Judicial de España.

Integró el grupo de expertas/os para la Investigación del supuesto síndrome de alienación parental – GINSSAP, dependiente del Ministerio de Igualdad de España.

Es coautora, junto a Consuelo Barea Payueta, de “El Pretendido síndrome de alienación parental” (2009), Editorial Desclée de Brouwer. Y la Guía para padres de adolescentes “¿Qué hacer si mi hija ha sido maltratada?”(2005). Es autora y colaboradora permanente de varios medios periodísticos de la prensa escrita, radial y online acerca de temas de Género, violencia contra las mujeres y Abuso sexual infantil e Incesto.

Es asesora internacional acerca del tema género y Victimología y violencia contra las mujeres y sus hijas e hijos en especial. Sus aportes se mencionan el ámbito legislativo de países como Argentina, España e Italia. Su concepto de Violencia Vicaria, tema en el cual trabaja actualmente para la edición de su próximo libro, se incluyó en el Pacto de estado contra la Violencia de Género (firmado y ratificado el día 28 de septiembre 2017, en España), a favor de las madres cuyas/os hijas/os son asesinados por su pareja.

Vicepresidenta de la Asociación Internacional para los Derechos de la Infancia “Fight4 Child“ - <http://www.fight4childprotection.org/>

Ex Integrante del equipo profesional de la Comisión para la Investigación de Malos Tratos a Mujeres, España (CIMTM)

Integrante del Grupo de Investigación acerca del supuesto Síndrome de Alienación parental (GINSSAP) del Observatorio de la Violencia contra la Mujer y Familia, Ministerio de Igualdad, España

Presidenta y fundadora de AION: Asociación Civil de Investigación, Formación y Asesoramiento en proyectos, políticas públicas y privadas para erradicar la violencia contra las mujeres, niñas y niños.

Directora de SV & Asociadas, Consultoría Internacional de Psicología Estratégica en el ámbito de la Psicología Clínica, Forense y de la Empresa.

Conferenciante y formadora internacional sobre temas de Violencia basada en el Género y de protección infantil en Argentina, Brasil, Colombia, España, Italia, México, Portugal, República Dominicana, Túnez y Uruguay.

Actualmente ejerce como psicoterapeuta privada y asesora internacional en Psicología clínica, forense y de la Empresa. Integrando el enfoque de género y los Derechos Humanos.

Coordinadora a cargo del Área de Asistencia a la Víctima de la Fiscalía de Circuito No 1, de la Procuración General de la Nación (2000) - Argentina

Integrante del Equipo profesional de la Oficina de Asistencia a la Víctima del Delito (OFAVI) de la Procuración General de la Nación, desde su creación, (1998) - Argentina

Integrante del Equipo interdisciplinar en temas de Maltrato Infantil, Abuso Sexual, Violencia contra las Mujeres y Violencia intrafamiliar en la Dirección Nacional de Política Criminal (Ministerio de Justicia, Argentina)

Integrante del Equipo de Asistencia a la mujer en Violencia intrafamiliar dependiente de la Dirección Municipal de la Mujer (CABA) - Argentina



Dr. José António Moita

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa concluída em 19/10/1989 com a classificação final de 12 valores.

Admitido a frequentar o X Curso Normal de Formação de Magistrados.

Nomeado Juiz de Direito em regime de estágio e colocado no 1º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Franca de Xira;

Nomeado Juiz de Direito e colocado no Tribunal Judicial da Comarca de Oleiros;

Transferido para o 1º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa;

Transferido para o Tribunal Judicial da Comarca de Lamego;

Destacado, como auxiliar, para o 1º Juízo do Tribunal do Trabalho de Almada;

Destacado, como auxiliar para o 1º Juízo do Tribunal de Família e Menores de Setúbal;

Destacado, como auxiliar, para o 3º Juízo do Tribunal de Família e Menores de Lisboa;

Nomeado como Interino do Tribunal de Família e Menores de Vila Franca de Xira;

Colocado no 2º Juízo do Tribunal Cível da Amadora;

Nomeado Interino do 2º Juízo do Tribunal de Família e Menores de Loures;

Destacado, como auxiliar, para o Tribunal de Família e Menores de Loures;

Nomeado, como interino, para o 4º Juízo do Tribunal de Família e Menores de Lisboa;

Nomeado para o 4º Juízo do Tribunal de Família e Menores de Lisboa;

Nomeado para o 3º Juízo do Tribunal de Família e Menores de Sintra;

Transferido para o Tribunal da Comarca de Grande Lisboa Noroeste, Sintra, Juízo de Grande Instância Cível;

Transferido para o Tribunal da Comarca de Grande Lisboa Noroeste, Amadora , Juízo de Família e Menores;

Transferido para o 1º Juízo do Tribunal de Família e Menores de Loures;

Colocado no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, Instância Central de Loures, 1ª Secção de Família e Menores.

Transferido para a Instância Central Cível, em Loures, do Tribunal da Comarca de Lisboa Norte, onde actualmente desempenha funções desde 04/09/2017.

Juiz – Formador. Exerceu funções de Juiz Presidente entre 07/09/2012 e 31/12/2013 no então Tribunal Judicial da Comarca de Loures;

Participante, por indicação/designação do Conselho Superior da Magistratura , pelo Distrito Judicial de Lisboa , no âmbito da Comissão prevista no nº 5 da RCM (Resolução do Conselho de Ministros) , nº 37/2013 de 13 de Junho tendente à revisão do sistema de promoção e protecção das crianças e jovens em perigo e do regime da adoção;

Nomeado em Fevereiro de 2017 por deliberação do C.S.M. , sob proposta do C.E.J., colaborador na formação em competência especializada na fase de estágio nos tribunais.



Juíza Conselheira Clara Sottomayor

Juíza Conselheira do Tribunal Constitucional desde 22 de julho de 2016.

Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça desde 26 de setembro de 2012.

Doutorada em Direito Civil pela Universidade Católica Portuguesa, em cuja Faculdade de Direito leccionou entre 1989 e 2012.

Autora das monografias “Regulação do exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio”, em 6.º edição (2014), “Invalidade e registo. A protecção do terceiro adquirente de boa fé” (2010) e “Temas de Direito das Crianças” (2014) e de artigos sobre adoção, abuso sexual de crianças, violência doméstica, violação e direitos

das mulheres, bem como responsabilidade civil, registo predial, contratos e cessação do contrato de trabalho por justa causa.

Membro do Instituto Jurídico Interdisciplinar da Universidade do Porto, do Instituto Brasileiro de Direito da Família, do Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra e do Centro de Estudos e Investigação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Católica.

É Membro Honorário da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.



Juiz Conselheiro Armando Leandro

Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça Jubilado

Presidente da Comissão de Protecção de Testemunhas em Processo Penal

Presidente da Direcção da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família – Crescer Ser

Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Portuguesa Contra a Sida

Presidente da Assembleia-Geral da Associação «Recomeçar» - reinserção de toxicodependentes.

Membro do Conselho Consultivo da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Membro do Conselho Consultivo do Instituto da Educação da Universidade do Minho.

Foi Director do Centro de Estudos Judiciários. Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens. Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Cascais. Membro do Conselho de Curadores da Fundação Pro Dignitate. Presidente da Comissão de Ética do Instituto Português de Oncologia. Membro do Conselho Geral da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Coordenador do Grupo CID (Crianças, Idosos, Deficientes; Cidadania, Instituições e Direitos), destinado à prevenção de maus-tratos em instituições. Presidente da Assembleia-Geral da Associação Portuguesa para Apoio à vítima. Coordenador Nacional do Projecto Vida (Prevenção da toxicodependência)

Foi-lhe conferido por Sua Excelência o Presidente da República, em 8 de junho de 2009, o grau de Grã Cruz da Ordem de Mérito

Foi-lhe conferido por Sua Excelência o Presidente da República em 25 de Junho de 2017, o grau de Oficial da Ordem Infante D. Henrique

Variados artigos publicados nos domínios da promoção e protecção dos direitos da criança, do jovem e da família, da formação de Magistrados do Ministério Público e de Juízes, dos Direitos Humanos, da delinquência juvenil e da prevenção primária secundária e terciária da droga e toxicodependência.



Professora Doutora Paula Távora Vitor

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutora em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2017), com a dissertação “Crédito compensatório e alimentos pós- divórcio – contributo para a compreensão de um sistema bimodal”.

Mestre em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2005), com a tese “A administração do património das pessoas com capacidade diminuída”, Coimbra Editora, Coimbra, 2008 (ISBN 978-972-32-1555-7).

Membro da Direcção do Centro de Direito da Família (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).

Membro do Conselho Redatorial de “Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família”.

Membro da International Society of Family Law.

Autora de várias publicações (capítulos de livros, artigos em actas de encontros científicos, artigos em revistas nacionais e internacionais) sobre Direito da Família e Direito Médico.

Co-autora de relatórios nacionais para a Commission on European Family Law

Membro do Projecto “COMPRES” (Basis and determinants of compensatory allowance after divorce (BETA/CERCRID) – Agence Nationale de la Recherche (FR).

Bolsreira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.



Juíza Desembargadora Ana Resende

Frequentou e concluiu o curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 4 de julho de 1981.

Inscreveu-se na Ordem dos Advogados, Distrital de Lisboa, tendo realizado estágio de advocacia até ingresso no Centro de Estudos Judiciários, sendo nomeada em 1.3.84 Juíza de Direito.

Desenvolveu a respetiva atividade nas Comarcas de Lisboa, Ribeira Grande, Ourique, Santiago do Cacém, novamente Lisboa e de Juíza Assessora no Supremo Tribunal de Justiça.

Exerceu funções enquanto Juíza Desembargadora, em Évora, Guimarães e Lisboa, a cujos quadros, pertence desde julho de 2005.

Atualmente, e desde janeiro de 2014, é Inspetora Judicial do Conselho Superior da Magistratura.



Dr.ª Maria Cândida Almeida

Primeira mulher na Magistratura portuguesa. Delegada do Procurador da República em Grândola e Cascais, Procuradora da República no Tribunal do Trabalho de Lisboa, no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa e no Tribunal da Relação de Lisboa, Procuradora Geral Adjunta no Supremo Tribunal de Justiça.

Directora Adjunta no Centro de Estudos Judiciários, Membro do Conselho Consultivo da PGR e Directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal.

Oradora em várias Conferências e Seminários sobre A Violência Doméstica e sobre a Criminalidade Organizada, Terrorismo e Criminalidade Económico-Financeira. Actualmente é Procuradora Geral Adjunta no Supremo Tribunal de Justiça.

É membro da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, desempenhando funções como Presidente da Mesa da Assembleia Geral.